

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ BRASÍLIA

SÉRIE PÓS-GRADUAÇÃO

Direito Sanitário em Perspectiva

VOLUME 4

ORGANIZADORES

Maria Célia Delduque
Sandra Mara Campos Alves
Nicolao Dino Neto



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Brasília

Brasília-DF
2015

**Escola Superior do Ministério
Público da União**

SGAS Av. L2 Sul, Quadra 604,

Lote 23, 2º andar

70200-640 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3313-5107

Fax: (61) 3313-5185

<www.escola.mpu.mp.br>

<editoracao@escola.mpu.mp.br>

© *Copyright* 2015. Todos os direitos
autorais reservados.

**Secretaria de Infraestrutura
e Logística Educacional**

Nelson de Sousa Lima

**Secretaria de Planejamento
e Projetos Especiais**

Volker Egon Bohne

**Assessoria Técnica da Secretaria de
Infraestrutura e Logística Educacional**

Adriana Ribeiro Ferreira

**Preparação de originais e revisão
de provas**

Rossana Beraldo

Projeto gráfico, capa e diagramação

Lucas Fajarra

Impressão

Gráfica e Editora Ideal Ltda.

SIG Quadra 8, 2268

CEP 70610-480 – Brasília-DF

Tel.: (61) 3344-2112

E-mail: ideal@idealgrafica.com.br

Tiragem: 4.000 exemplares

As opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público da União

D598 Direito sanitário em perspectiva / Organizadores : Sandra Mara Campos Alves, Maria
Célia Delduque, Nicolao Dino Neto ; colaboradores : Aline Mancino da Luz Caixeta... [et al.].
- Brasília : ESMPU : FIOCRUZ, 2015.

688 p. - (Série pós-graduação ; v. 4)

ISBN 978-85- 88652-85-9

Publicado também em versão eletrônica, ISBN 978-85- 88652-86-6

1. Direito sanitário. 2. Política de saúde. 3. Sistema Único de Saúde (SUS). 4. Direito
à saúde. 5. Saúde pública – ética. 6. Saúde pública – atuação do Ministério Público.
7. Vigilância sanitária. 8. Controle social na saúde. 9. Bioética. I. Alves, Sandra Mara
Campos. II. Delduque, Maria Célia. III. Costa Neto, Nicolao Dino de Castro e. IV. Série.

Sumário

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE	19
O controle da tuberculose no sistema prisional: da prevenção à cura	21
Controle de queimadas no estado do Acre: uma questão de saúde pública	41
Ausência de política pública preventiva na saúde do trabalhador para instalação de empresas no estado da Bahia: o caso da Vulcabrás Azaléia (BA)	61
A saúde do trabalhador portuário avulso e o respeito ao intervalo interjornada de onze horas no porto de Santos	81
A divisão sexual do trabalho e seus impactos na saúde das trabalhadoras: o acometimento de ler/dort	100
Análise da tutela da segurança no trânsito a partir das recentes modificações no Código Brasileiro de Trânsito. Avanços legislativos e entraves práticos	119
A importância do adequado gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: uma questão de saúde pública e do trabalhador	139
Nova Administração Pública? O desempenho dos hospitais paulistas sob administração de organizações sociais segundo dados do Tribunal de Contas do Estado	154
As atribuições da vigilância em saúde do trabalhador para a inspeção de ambientes de trabalho	176
A (des)judicialização das políticas públicas de saúde na Vara Federal Cível de Criciúma (SC)	193

A (in)suficiência de leitos de terapia intensiva/ intermediária neonatal no estado do Rio Grande do Sul	215
Os graves prejuízos causados pelas exaustivas jornadas de trabalho para a saúde física e mental dos caminhoneiros e para a sociedade	232
A atividade legislativa sobre bebida alcoólica no período de 2007 a 2010	254
Fundação pública de direito privado e a prestação de serviços de saúde. Solução? O caso da fundação hospitalar de saúde no estado de Sergipe	276
Políticas públicas para saúde mental no trabalho	298
A Lei n. 12.732/2012 e o serviço de cabeça e pescoço do INCA	318
SUS e agências regulatórias: diálogo entre os critérios decisórios para incorporação de tecnologia	340
O espaço social e a inserção dos portadores de transtorno mental	360
CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE	381
Controle social na saúde: diagnóstico preliminar da estrutura e da atuação dos conselhos de saúde dos municípios do Extremo Oeste Catarinense	383
Influência dos conselhos de saúde nas políticas públicas: considerações a partir das decisões do Conselho Estadual de Santa Catarina	407
O Conselho Municipal de Saúde de São Pedro da Aldeia/RJ: avaliação de sua composição, estrutura, procedimentos e desempenho de suas principais atribuições no quadriênio 2009/2012	430
Conselhos Municipais de Saúde: a regulação do planejamento público e o conselho municipal de saúde	481

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	497
A judicialização pelo Ministério Público Federal do direito à saúde	499
A ação de improbidade administrativa como instrumento para melhoria da gestão da saúde: um diagnóstico no estado do Pará	522
Resolução alternativa de conflitos na área de saúde: derivação da análise econômica de processos da competência dos juizados especiais na seção judiciária do Ceará	550
Audiências de conciliação em processos relativos ao direito à saúde nos Juizados Especiais Federais da seção judiciária de Rondônia	575
Os princípios da prevenção e da precaução e a judicialização da saúde do trabalhador em Salvador/BA e região metropolitana, no período de 2007 a 2011	591
Da racionalidade das decisões judiciais nas demandas de fornecimento gratuito de medicamentos	610
A judicialização da mora administrativa da ANVISA na concessão do certificado de cumprimento de boas práticas de fabricação e controle junto ao Tribunal Regional Federal da primeira região – seção judiciária do Distrito Federal	630
Certificado de boas práticas de produção e controle: visão do poder judiciário perante a mora da ANVISA	649
ÉTICA SANITÁRIA	673
Ética e bioética no atendimento aos pacientes portadores de HIV/AIDS no SUS	675